

ARTICULAÇÃO DE SERVIÇOS E TÉCNICOS EM REDE: ESTRATÉGIAS POLÍTICAS¹

Ana Paula Serrata Malfitano – Professora Adjunta do Departamento de Terapia Ocupacional e do Programa de Pós-Graduação em Terapia Ocupacional da Universidade Federal de São Carlos.

Mariana Rossi Avelar – Graduanda em Terapia Ocupacional pela Universidade Federal de São Carlos.

Contato: Laboratório METUIA – Departamento de Terapia Ocupacional - Universidade Federal de São Carlos. Fone: (16)3306-6623 – E-mail: anamalfitano@ufscar.br

RESUMO

Desde a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) discute-se a necessidade da articulação dos serviços sociais de atendimento à população infanto-juvenil, com o intuito de potencializar o trabalho, aumentar a eficácia da atuação e criar espaços coletivos de discussão sobre as problemáticas enfrentadas. Assim, gestores públicos buscam a criação de estratégias para o fomento de redes de serviços intersetoriais sob sua coordenação. Nesse contexto, o município de São Carlos (SP), cidade de médio porte do interior paulista, criou a ReCriAd: Rede de Crianças e Adolescentes, com apoio financeiro de entidade externa, que visa ao fomento à construção de uma rede colaborativa, integrada e articulada entre serviços e profissionais de diferentes setores (assistência social, educação, cultura, saúde e outros), os quais trabalham com crianças, adolescente e jovens. Propõe-se a investigação dessa experiência com o intuito de verificar quais ações são empregadas e sua efetividade com vistas à discussão sobre políticas sociais e intersetorialidade na intervenção com crianças, adolescentes e jovens. Para tanto, utilizou-se de 29 entrevistas semiestruturadas com gestores e com técnicos incluídos nesse processo. Adicionalmente, laçar-se-á mão da utilização da observação participante dos processos de encontro realizados com o intuito de fomento das ações em rede. Espera-se conhecer a opinião dos diferentes atores sobre a atuação em rede com o propósito de discutir tal estratégia como forma de gestão da política social ao público infanto-juvenil. Por tratar-se de uma investigação ainda em andamento, é possível apreender um panorama geral

¹ Projeto com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP.

sobre tal questão como, por exemplo, a avaliação positiva de alguns dos gestores frente ao trabalho da ReCriAd, enquanto profissionais afirmam que a estratégia está em período de consolidação, ou seja, que não funciona plenamente. Todos os entrevistados relatam conhecer a proposta e já ter participado de alguma atividade. Sobre a importância do trabalho intersetorial, não houve nenhuma resposta negando tal questionamento: é unânime no discurso dos entrevistados a relevância de tal característica. Espera-se contribuir, então, com o campo de reflexão acerca das práticas desta natureza, tendo em vista a discussão sobre políticas intersetoriais para a população infanto-juvenil.

Palavras-chave: infância e adolescência; políticas públicas; rede de serviços.

INTRODUÇÃO

A presente proposta nasceu como fruto da experiência do Grupo de Pesquisa “Terapia Ocupacional e Educação no Campo Social²” e do Programa de Extensão “METUIA: Terapia Ocupacional no Campo Social”³. Tais ações realizam estudos e pesquisas, formação de estudantes de graduação e pós-graduação e implementação de intervenções no campo social que busquem a inovação através da criação de novas metodologias sociais participativas, assim como a discussão sobre o papel social dos técnicos, notadamente do terapeuta ocupacional, dedicando-se ao enfrentamento das problemáticas contemporâneas da sociedade brasileira (BARROS; LOPES; GALHEIGO, 2002).

Desde 2005 o referido programa desenvolve ações territoriais na região da Cidade Aracy, região periférica do Município de São Carlos, sendo que em 2007 estabeleceu uma parceria com a Secretaria Municipal de Cidadania e Assistência Social e em 2008 com a Secretaria Municipal Especial da Infância e Juventude, que permanecem em curso.

Fruto de tais parcerias, em 2009 o Projeto METUIA assessorou a Secretaria Especial da Infância e Juventude e o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do

² Registrado no Diretório CNPq de Grupos de Pesquisa do Brasil.

³ Registrado na Pró-Reitoria de Extensão (ProEx) da UFSCar sob o número 23112.000141/2001-15 com coordenação da Profa. Dra. Roseli Esquerdo Lopes, do Departamento de Terapia Ocupacional (DTO).

Adolescente de São Carlos (CMDCA) para a realização das Pré-Conferências e da VI Conferência Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente de São Carlos. Esse processo enfatizou a temática “rede de serviços” como diretriz prioritária de discussão para ação entre os técnicos de equipamentos governamentais e não governamentais que atuam com crianças e adolescentes. Em 2010, uma das frentes de atuação do projeto foi a realização de assessoria para a constituição e a sistematização da rede de atendimento à criança, ao adolescente e ao jovem no Município. Em 2011, em relação específica à rede de serviços sociais para atenção a essa população, continuamos com o desenvolvimento de ações de extensão e iniciamos a proposta da inserção de atividades de pesquisa, culminando no projeto em tela.

Políticas Públicas para Infância e Juventude: a Proposição da Articulação em Rede

Podemos compreender as *políticas sociais* como uma resposta do Estado à demanda de enfrentamento das questões sociais dentro de um determinado período histórico (OFFE; LENHARDT, 1984). Reconhecer a presença de demandas sociais e a necessidade, bem como a responsabilidade, de intervenção estatal sobre elas é condição prévia para se abordar esse tema.

A entrada na agenda política de determinadas questões, como a criança e o adolescente – com reconhecimento jurídico, e o jovem – em atual debate na sociedade, dependem da passagem da temática de “estado de coisas”, ou seja, de problemas sobre os quais não se dirigem intervenções, para “problema político”, demandas sociais que requerem ação pública (RUA, 1998).

Nesse processo, é notória a influência da visão histórica e sociocultural acerca da infância, da adolescência e da juventude para a efetivação das políticas sociais, sendo que, teoricamente, deveriam atingir uma população extremamente heterogênea em sua totalidade, de forma integral, atendendo às premissas dos direitos sociais estabelecidos (LOPES; SILVA, 2009).

A constituição das intervenções públicas com as crianças e adolescentes brasileiros é fruto de um processo caritativo e estigmatizante, do qual faz parte, inclusive, a legislação, com o Código de Menores de 1927. Tal histórico influencia, até os dias de hoje, o imaginário sociocultural da relação entre a pobreza e o delito, o

abandono e a infração, realizando um pensamento causal sobre origem de classe e condição jurídica de vida (LOPES; SILVA; MALFITANO, 2006).

Em contraposição a essa visão, as ações dos movimentos sociais pelos direitos da infância e da adolescência, junto aos movimentos pela democratização do Brasil, na década de 1980, culminaram na declaração da criança e do adolescente como “absoluta prioridade”, inserido no artigo 227 da Constituição, e, posteriormente, na promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (BRASIL, 1990).

Contudo, o princípio jurídico de prioridade em torno das crianças e dos adolescentes encontra um distanciamento significativo das práticas instituídas, estabelecendo, no plano teórico, “altos ideais para uma sociedade ideal” (FONSECA; CARDARELLO 1999, p. 84), porém com um grande distanciamento da realidade vivenciada.

Observa-se que as ações para a infância e a juventude constituíram, e permanecem constituídas, em programas e/ou projetos sociais, no âmbito não governamental e governamental, não se configurando, a priori, como política social, pois são, na maioria das vezes, datados, descontínuos, sem proposta de sustentabilidade em longo prazo e com pouco enraizamento na esfera pública (LOPES; SILVA; MALFITANO, 2006).

Uma das discussões em voga, ancorada no ECA, aponta a organização dos serviços em rede como uma ferramenta de aumento da eficácia das ações políticas desenvolvidas. Ao menos no nível do discurso, é reconhecida a necessidade da articulação dos diversos setores envolvidos (assistência social, educação, cultura, justiça, saúde e outros) e, conseqüentemente, do trabalho intersetorial em proposições que se dediquem às diversas problemáticas que cercam as crianças, os adolescentes e os jovens brasileiros. Dessa perspectiva, a discussão sobre redes ganhou destaque entre os atores envolvidos nesse campo (MALFITANO, 2008).

A constituição de redes é considerada uma forma reorganizadora e potencializadora do trabalho e é bastante discutida e associada à intersetorialidade e à ação compartilhada entre diferentes áreas para a eficácia da proposta com a população à qual se dedica uma intervenção. Nas políticas para a infância e juventude são recorrentes os debates sobre a relevância de constituição de espaços coletivos de

discussão e encaminhamentos de temáticas comuns que perpassam diferentes serviços, criando-se até certa mitificação das potencialidades das ações em redes (BRENNER; LANES; CARRANO, 2005).

Definimos redes tendo como base as chamadas *redes sociais*, ou seja, a articulação social em torno da operacionalização de diferentes serviços. A literatura apresenta inúmeras análises e definições para tais experiências, no presente contexto de discussão podemos afirmar que rede social é o conjunto de atores sociais ligados entre si por relações interpessoais que permitem a transmissão de recursos, extrapolando os limites formais, sendo que a densidade de tais redes dependerá da relação e da quantidade de ligações de cada ator com os demais componentes (GOMIDE; GROSSETTI, 2010). Ou seja, a ação em rede, com enlaces e desenlaces, é estratégia política fundamental para o desenvolvimento de ações voltadas à infância e à juventude, contribuindo para o debate acerca dessa população na agenda política, para o fortalecimento de espaços de intervenção, para a criação de possibilidades de novas elaborações e para as configurações das abordagens implementadas.

ReCriAd: Rede da Criança e do Adolescente de São Carlos

O município de São Carlos discute desde 2005, ano também de criação de um órgão municipal específico para articular ações com a população infanto-juvenil: a Secretaria Municipal Especial da Infância e da Juventude (SMEIJ); a necessidade de articulação entre os serviços e os profissionais que trabalham com crianças, adolescentes e jovens, nos diferentes setores.

Por esta iniciativa, surgiu a ReCriAd: Rede da Criança e do Adolescente de São Carlos, cujas ações são calcadas na busca pela construção de uma rede colaborativa, articulada e integrada de serviços e profissionais que estão em contato com essa população, fomentando discussões sobre a temática e intervindo de acordo com as suas demandas (SÃO CARLOS, 2010).

Para composição da ReCriAd foram convidadas organizações inscritas no CMDCA, além de outros órgãos atuantes na área da infância e adolescência, somando aproximadamente 50 organizações. A ReCriAd é gerida por um Grupo Gestor, coordenado pela Secretaria Municipal Especial da Infância e Juventude, com membros

das Secretarias Sociais da Prefeitura (Assistência Social, Educação e Cultura, Esportes, Saúde) e outros órgãos (como o Orçamento Participativo), além de representantes de entidades não governamentais (SÃO CARLOS, 2010).

Desde sua discussão inicial, em 2005, até atualmente, diversas estratégias foram utilizadas objetivando a criação e o fortalecimento dessa rede, sendo reavaliadas periodicamente e transformadas de acordo com a visão dos integrantes sobre o alcance ou não dos objetivos esperados. A mais recente, desenvolvida no ano de 2011, baseou-se na realização de uma reunião inicial, contanto com a presença de diversos atores, na qual foram discutidas e agendadas as ações a serem desenvolvidas ao longo do ano, as quais foram organizadas pelo grupo gestor. Para divulgação dessas ações no município e o fomento de redes intersetoriais, os atores sociais foram convidados a participar de encontros junto ao grupo gestor, o qual se deslocou para o território a fim de reunir-se com o maior número possível de pessoas. Lançou-se mão da divisão geográfica municipal utilizada pelo Sistema Único de Assistência Social e pelo Sistema Único de Saúde, que divide a cidade de São Carlos em cinco regiões distritais administrativas (Cidade Aracy, Centro/Redenção, Vila São José, Santa Felícia e Pacaembu/Vila Isabel). Além disso, foi promovido um curso de formação para profissionais atuantes na área da infância e adolescência, intitulado “Caravana do ECA- 3ª Edição” (SÃO CARLOS, 2012).

Nesse contexto, a discussão apresentada centra-se na direção de apreender a estratégia de ação em rede, a partir da perspectiva de articulação de profissionais e serviços sociais de diferentes setores, como ferramenta metodológica de ampliação da intersetorialidade das ações voltadas para crianças, adolescentes e jovens, buscando elementos constitutivos das reflexões acerca das políticas direcionadas para essa população. Busca-se conhecer a visão dos profissionais e dos gestores acerca da experiência e possíveis mudanças na dinâmica dos serviços a partir das ações da rede, além de discutir a proposição de intervenção em rede como elemento facilitador do trabalho intersetorial.

METODOLOGIA

Intervenções que se dediquem ao campo social e suas interfaces implicam na criação de chaves de leitura da realidade que se dediquem a interações que superem o

discurso da “restrição ao indivíduo” e caminhem para a compreensão da realidade pessoal-social que se encontra imersa em um contexto coletivo, de uma contemporaneidade complexa e múltipla (BARROS; GHIRARDI; LOPES, 2002). Trata-se, portanto, de ir ao encontro de discursos coletivos, com o intuito de se aproximar aos elementos constitutivos da política de atenção à população infanto-juvenil.

Para tanto, utilizamos como método de pesquisa o uso, inicialmente, de 25 entrevistas semiestruturadas, as quais foram aplicadas para obter informações contidas na fala dos atores sociais, consideradas a partir das perspectivas e do lugar social daquelas pessoas. Dividem-se, entre essas 25 pessoas, 20 técnicos participantes - ou que participaram pelo menos uma vez - das atividades da ReCriAd, além de cinco gestores. A forma de escolha dos técnicos foi feita aleatoriamente, no universo daqueles que participaram e assinaram as listas de presença das reuniões regionais da rede.

Foram escolhidos quatro técnicos de cada região distrital do município (Centro/Redenção, Cidade Aracy, Vila São José, Santa Felícia e Pacaembu/Vila Isabel), sendo um representante de cada regional advindo de um equipamento social da área da Educação, outro da Assistência Social, um terceiro da Saúde e o quarto e último de uma Organização Não Governamental (ONG), com o intuito de encontrar a multiplicidade de discursos presentes entre os diferentes representantes participantes da rede.

Entretanto, foi preciso acrescentar à lista mais quatro técnicos da rede (passando então, de 25 para 29 entrevistas), pois faltavam representantes de algumas áreas em determinados locais. Com o intuito de que não houvesse uma tendência à priorização de determinada área, foi decidido, para que não existissem lacunas, procurar o técnico da área faltante nas regionais. Ainda não foi possível realizar duas das 29 entrevistas em função da indisponibilidade dos sujeitos selecionados. Resultando, portanto, em 27 entrevistas em profundidade.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Análise das entrevistas

A partir do roteiro de entrevista elaborado, pretendeu-se apreender dados sobre três categorias específicas: o perfil profissional dos atores sociais os quais responderam

ao questionário, a concepção dos mesmos sobre a existência, o conceito e relevância da articulação em rede e do trabalho intersetorial e, por fim, a compreensão sobre o que é a ReCriaAd, qual o papel desta no município, como o desempenha (de forma satisfatória ou não) e qual o caminho a ser seguido para alcançar os objetivos colocados.

Sobre a primeira categoria, *“perfil profissional dos atores sociais”*, é possível observar que o período de tempo no qual os atores atuam no campo da criança e do adolescente varia consideravelmente, sendo que a referência de maior tempo é de 31 anos, enquanto que de menor tempo é de um ano e seis meses. A mediana é de nove anos. Ao compararmos esse tempo de experiência profissional de acordo com as áreas de atuação, podemos notar que os sujeitos os quais estão há mais anos atuando são os da área da Educação (inclusive o maior tempo, de 31 anos, é de uma diretora escolar), assim como os gestores, que geralmente referem uma história longa no campo, perpassando vários serviços, e culminando em papel de gestão. Já os técnicos da Assistência Social são os que apresentaram menos tempo envolvidos com esse público (o menor tempo de experiência, de um ano e meio, é de uma profissional do CRAS), enquanto que os vinculados à ONGs e a equipamentos da saúde possuem tempos diversos, não se enquadrando em nenhuma das duas pontas. Essa análise foi feita sobre dados de 23 entrevistados, pois quatro não expuseram tal informação.

Sobre o gênero dos entrevistados, dentre as 27 entrevistas já realizadas, 24 são mulheres e apenas três do sexo masculino, destacando-se assim, dentro da amostra, uma predominância de profissionais mulheres nessa frente, tal como é recorrente entre os trabalhadores sociais.

No que diz respeito à segunda categoria, *“concepção sobre a existência, o conceito e relevância da articulação em rede e do trabalho intersetorial”*, sobre a importância da necessidade do trabalho intersetorial, não houve nenhuma resposta negando tal questionamento: é unânime no discurso dos entrevistados a relevância de tal característica.

A grande maioria afirmou que procura outros equipamentos da rede quando não consegue resolver um caso ou quando identifica violação de direitos. Essa procura é feita tanto para comunicar/encaminhar o caso ou para discuti-lo e encontrar soluções. Apenas uma pessoa referiu nunca ter tido dificuldade nessas resoluções, outra disse que sempre “dá um jeito de resolver” e outras duas disseram que gostariam de fazer contato

com outras instancias, mas acreditam que isso é difícil e burocrático, portanto não o fazem.

Sobre as vantagens e desvantagens do trabalho em rede, quase todos os profissionais afirmaram não enxergar desvantagens, apenas pontos positivos. Uma minoria pontuou pontos negativos, como, por exemplo, ser mais difícil abrir mão de ter a única decisão sobre os processos. Podemos observar, dessa forma, que talvez o discurso de valorização da rede esteja incutido no imaginário dos atores sociais, não possibilitando uma real reflexão acerca de suas possibilidades e demandas, por isso pouca crítica sobre as desvantagens. Outra possibilidade é a de que a experiência de rede dessas pessoas nunca tenha levado a tais questionamentos, o que também é uma hipótese plausível.

Todos os entrevistados responderam afirmativamente já terem participado de algum encontro ou grupo de discussão que abordasse o tema “infância e adolescência”. Não era necessário, de acordo com a questão, especificar qual o espaço de discussão. Entretanto, 19 dos 27 exemplificaram, sendo que quatro citaram a ReCriAd, sete citaram outro, e oito pessoas disseram ter participado de encontros da ReCriAd e outro. Na categoria “outro”, três citaram a Comissão de Casos Especiais (formada por alguns atores da rede, coordenada por gestores municipais, os quais se reúnem periodicamente para a discussão de casos complexos), outros três citaram a Caravana do ECA (curso de formação aos profissionais sobre o ECA) e um não especificou.

Finalmente, sobre a *“compreensão sobre o que é a ReCriAd, qual o papel desta no município, como o desempenha e qual o caminho a ser seguido para alcançar os objetivos colocados”*, todos os profissionais afirmaram conhecer a proposta e já ter participado de ao menos uma atividade proposta por esta. Todos afirmaram compreender a importância desse trabalho, principalmente por entenderem que a criança e o adolescente requerem atendimento integral por estarem em uma “fase peculiar de desenvolvimento”.

Quando questionados sobre a existência efetiva dessa rede de serviços voltada ao atendimento de crianças e adolescentes, os técnicos deram três tipos de respostas distintas, em resumo: “não”, “sim” e “a rede está em processo de construção” (ou algum sinônimo). Dentre os técnicos, a maioria (dez de 23, ou seja, 43,4%) respondeu que a rede encontra-se em construção ou fez referência a “algo que está em processo”. O

número de afirmações e negações sobre a existência da rede foi o mesmo, quatro pessoas para cada um, ou seja, aproximadamente 18% disseram que sim e outras 18% que não. Uma única pessoa respondeu que existe uma rede com falhas no processo, e talvez possamos incluí-la no primeiro grupo. Outras quatro pessoas não foram claras ao responderem à questão. Relacionando essa categoria à área de atuação do profissional, podemos inferir que as melhores avaliações provem de técnicos da área da Assistência Social e da Saúde, pois entre estes nenhum avaliou de forma negativa a existência da rede, afirmando sua existência ou, ao menos, o processo de construção. Já as piores avaliações são dos atores sociais ligados às ONGs, pois nenhum referiu acreditar na existência plena da rede: aludiram ao processo de construção ou à negação. A avaliação dos profissionais da educação foi variada. Dentre a gestão, das quatro entrevistadas, metade respondeu afirmativamente, e a outra metade referiu-se ao processo de construção, ou seja, não houve nenhuma negação. Em vista disso, talvez possamos argumentar que as estratégias de construção de rede vêm atingindo certas pessoas em detrimento de outras, ou então que a concepção desse tipo de trabalho é muito distinta entre os entrevistados.

Acerca dos equipamentos os quais formam a rede, geralmente os técnicos conhecem os equipamentos mais próximos fisicamente do seu e/ou pertencentes à mesma regional, ou então vinculados à mesma Secretaria. Por exemplo, o diretor de uma escola geralmente conhece os diretores das outras escolas, o CRAS e a Unidade de Saúde (UBS ou USF) da sua Regional. Os gestores, como esperado, possuem uma visão mais ampla dos serviços.

Sobre as estratégias citadas para o melhor desenvolvimento da rede, as opções mais recorrentes no discurso dos entrevistados foi a de aumentar a quantidade de encontros e reuniões para o fortalecimento da rede, enquanto outros, pelo contrário, disseram que esse número deveria ser reduzido, pois as pessoas estão cansadas de fazer reuniões e querem mais soluções para as questões práticas do cotidiano de quem atua com crianças e adolescentes. Também foi sugerida a criação de uma rede informatizada. Sobre isso, devemos citar o REDECA, exatamente a estratégia de rede informatizada que está prevista nos planos da ReCriAd, mas ainda não se concretizou. Os atores sociais entrevistados, os quais têm conhecimento sobre o REDECA, ao serem questionados sobre as estratégias, citaram a necessidade de implantação do mesmo,

além dos que não conhecem o nome, mas também referiram ser importante a existência da rede virtual para facilitar o trabalho da rede social.

O tempo de duração das entrevistas foi algo que chamou a atenção por conta da discrepância: o menor tempo foi de seis minutos, enquanto o maior, de 56 minutos. Quando relacionadas essas durações com as áreas de atuação, o menor tempo (de seis minutos) é da Assistência Social, e o maior tempo, de 56 minutos, é da gestão. No entanto, ao analisarmos as médias por área, os resultados são: ambas a Assistência Social e ONGs com aproximadamente 18 minutos, Saúde com 13 minutos, Educação com 15 minutos e Gestão com 33 minutos. Assim, podemos concluir que apenas os gestores se assemelharam ao tempo que esperávamos para responder às perguntas, sendo os demais tempos mais curtos se comparados ao nosso cálculo. Não é possível fazer um julgamento preciso quanto a esta informação, mas podemos colocar algumas questões, como qual a importância dada pelos técnicos à participação na pesquisa, qual a amplitude de conhecimento acerca do tema e, por fim, qual a disponibilidade de agenda dos mesmos para contribuir com a entrevista.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tomando como parâmetro a definição de rede de serviços aqui apresentada, ou seja, tendo como foco a articulação social entre os atores envolvidos em torno da operacionalização de diferentes serviços, é possível afirmar que a proposta municipal em torno da ReCriAd tem traçado algumas possibilidades de efetivação do princípio das ações em rede. Assim, permanece o desafio e a necessidade de criação de metodologias criativas que se voltem para a elaboração de estratégias para a constituição de uma rede coesa entre os atores sociais, os quais atuam em diferentes equipamentos ligados à infância e adolescência. Ao final, busca-se formas de se potencializar o impacto das diferentes ações técnicas sobre a população e gerar oportunidades de um trabalho integral e integrado, facilitado pela possibilidade de diálogo e disponibilidade de informações relevantes para o processo de atenção e cuidado à criança e ao adolescente do município.

Conhecendo a proposta, inclusive seus meios e fins, nasce a necessidade de uma investigação mais aprofundada sobre os desdobramentos desta no cotidiano dos sujeitos os quais pertencem à rede, seja no lugar de técnico, atuando direta e diariamente com tal

público, seja na função de gestão, discutindo e implementando políticas públicas. A presente avaliação traz pontuações importantes, as quais incitam o debate acerca da existência efetiva ou não da rede e sobre a adequação, ou não, das estratégias utilizadas pelos seus gestores. Fica posto o desafio de que as ações iniciadas se estendam para além da atual gestão municipal, com o envolvimento efetivo dos profissionais, não somente no lugar de expectador, mas sim como responsável pela existência da ReCriAd.

Aponta-se, portanto, que a experiência em discussão tem trazido contribuições acerca das estratégias políticas para fomento do trabalho intersetorial e interdisciplinas, carecendo, contudo, de maior investimento e direcionamento político para sua assunção local e resultados concretos nas vidas das crianças e adolescentes nesta rede atendidos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARROS, D.D.; LOPES, R.E.; GALHIEGO, S.M. Projeto Metuia: terapia ocupacional no campo social. **O Mundo da Saúde**, v.26, n. 3, p. 365-69, 2002.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. São Paulo: Cortez, 1990.

BRENNER, A. K. , LANES, P. e CARRANO, P. C. R. et. al. A Arena das políticas públicas de juventude no Brasil: processos sociais e propostas políticas. **JOVENes, Revista de Estudios sobre Juventud**. México, n. 22, p. 194-211, 2005.

FONSECA, C. e CARDARELLO, A. Direitos dos mais e menos humanos. **Horizontes Antropológicos**, ano 5, n. 10, p.83-121, mai 1999.

GOMIDE, M.; GROSSETTI, M. Rede social e desempenho de programas de saúde: uma proposta investigativa. **Physis**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 3, 873-893, 2010.

LOPES, R. E.; SILVA, C. R. MALFITANO, A. P. S. Adolescência e juventude de grupos populares urbanos no Brasil e as políticas públicas: apontamentos históricos. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, v. 23, p. 114-130, 2006.

LOPES, R. E. e SILVA, C.R. Adolescência e Juventude: Entre conceitos e Políticas Públicas. **Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar**, São Carlos, v. 17, n.2, p 87-106, 2009.

MALFITANO, A. P. S. **A tessitura da rede**: entre pontos e espaços. Políticas e programas sociais de atenção à juventude - a situação de rua em Campinas, 2008. 350 p. Doutorado (Saúde Pública). Faculdade de Saúde Pública. Universidade de São Paulo, São Paulo, SP.

OFFE, C. e LENHARDT, G. Teoria do Estado e política social. In: OFFE, C. **Problemas estruturais do Estado capitalista**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984, p.10-53.

RUA, M. G. As políticas públicas e a juventude nos anos 90. In: BRASIL. Ministério do Planejamento. Comissão Nacional de População e Desenvolvimento. **Jovens acontecendo na trilha das políticas públicas**. 2 v., Brasília: Ministério do

Planejamento, 1998, p.731-752.

SÃO CARLOS. Secretaria Municipal Especial da Infância e Juventude. **ReCriAd: Rede de Atenção à Criança e ao Adolescente de São Carlos – Relatório de Atividades 2010**. 2010 (Mimeo).

SÃO CARLOS. Secretaria Municipal Especial da Infância e Juventude. **ReCriAd: Rede de Atenção à Criança e ao Adolescente de São Carlos – Relatório de Atividades 2011**. 2012